Processo nº: 0098727-59.2018.8.19.0001

Tipo do Movimento: Despacho

Descrição: Trata-se de Ação Civil Pública com Pedido Liminar, proposta em face de Transportes Futuro LTDA., Transportes Estrela S.A., Auto Viação Tijuca S.A., Consórcio Transcarioca De Transportes e Consórcio Operacional BRT, na qual se discute a eficiência dos serviços prestados pelas Rés. Alega o Autor que há irregularidade na prestação do serviço de transporte das linhas 808 A, 831 A e 832 A, consistente em mau estado de conservação e redução da frota. Narra que diversas vistorias foram realizadas pela Secretaria Municipal de Transporte, nas quais foram constatadas inúmeras irregularidades, dentre as quais, assentos soltos, extintores despressurizados, selo de vistoria vencido, além da redução drástica da frota, em percentual abaixo do que determina a lei. Afirma que a linha 808 A foi extinta e que atualmente a linha 831 A opera com apenas 1 de 15 carros. Além disso, afirma que a linha 832 suspendeu a operação do serviço sem qualquer aviso prévio ou autorização da SMTR. Esclarece, em razão da mudança da sociedade empresária administradora das linhas, que são responsáveis pelas linhas as três primeiras Rés e o consórcio Transcarioca. Aduz que subsiste a responsabilidade do Consórcio Operacional BRT, já que as linhas são alimentadoras do sistema de transportes BRT. A tutela antecipada é uma forma de tutela de urgência e de caráter satisfativo sendo necessária a presença de requisitos para a sua concessão. Como é prestada com base em juízo de probabilidade, só pode ser deferida em situações tais que se evidencia a impossibilidade de se aguardar o tempo necessário à formação do juízo de certeza exigido para a prolação de sentença no processo cognitivo. No referido feito, entendo presentes seus requisitos. Verifico o perigo de dano à sociedade decorrente da ineficiência dos serviços prestados, apresentado pela precariedade do transporte, tais como assentos soltos, extintores despressurizados, e selo de vistoria vencido, além da redução drástica da frota. Também verifico a verossimilhança das alegações, comprovada pelos documentos acostados à inicial que denotam que as empresas não estão cumprindo com suas obrigações perante a sociedade e o Poder Público. Desde 2015 o Autor vem tentando regularizar a situação das linhas em comento, ano em que foi realizada a primeira vistoria para apuração da situação e tentativa de solução junto às Rés dos problemas, que está evidente nos autos. Ao longo desses anos, o que se verifica é o total descaso das empresas, evidenciado pelas reiteradas vistorias, conforme fls. 254/270, 280/292, 350/364, 407/432 e 593/594. Às fls. 593/594, em derradeira vistoria realizada em 09/03/2018 pela Secretaria Municipal de Transportes, constatou-se que apenas um dos carros da linha 831 estava em operação e que a linha 832 teve sua operação suspensa sem qualquer aviso prévio, em afronta à lei e à revelia dos órgãos de fiscalização, ensejando inclusive a tutela antecipada do consórcio responsável. Evidente que os consumidores estão sendo lesados, não só pela demora no transporte, já que apenas um carro está em operação, como pela qualidade do serviço oferecido diante da falta de conservação adequada dos ônibus. O Autor afirma que todas as Rés são responsáveis pelas linhas em comento, sendo portanto partes legítimas. A consistência das afirmações do Autor é matéria de mérito e será analisada no momento oportuno. Assim, tendo em vista tudo o que foi narrado e diante da inércia das Rés, comprovada pela documentação dos autos e, ainda, para resguardar a eficiente prestação de serviços à população, concedo a tutela antecipada para determinar que as Rés empreguem, no prazo de 30 dias, na operação das linhas de ônibus 831 A e 832 A ou outra que as substituir o trajeto, a frota e os horários determinados pela SMTR, bem como utilize veículos em perfeito estado de conservação, sob pena de multa diária de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Presentes os requisitos essenciais da inicial e não se tratando de hipótese de improcedência liminar do pedido, designo audiência de conciliação para o dia 21/06/2018 às 15:00h, na forma do art. 334 do NCPC. Cite-se o réu pela via postal (arts. 248 c/c 250, NCPC), para que compareça à audiência de conciliação designada, acompanhado de advogado, cientificando-o de que sua ausência injustificada será considerada ato atentatório à dignidade de justiça e ensejará imposição de multa (art. 334, § 8º, NCPC). Faça-se constar do mandado a advertência de que o prazo para oferecimento da contestação será de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação (art. 335, I, NCPC). Fica a parte autora intimada para comparecimento, na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, NCPC), ciente de que sua ausência injustificada será considerada ato atentatório à dignidade de justiça e ensejará imposição de multa (art. 334, § 8º, NCPC). Publique-se. Fica a parte autora intimada para comparecimento, na pessoa de seu advogado (art. 334, § 3º, NCPC), ciente de que sua ausência injustificada será considerada ato atentatório à dignidade de justiça e ensejará imposição de multa (art. 334, § 8º, NCPC). Publique-se.

Imprimir

Fechar